

Editorial

No Brasil, o ano de 2015 terminou sob o impacto de um poderoso movimento de estudantes secundaristas, que, de forma inédita no país, ocuparam suas escolas para lutar contra reformas impostas por governos estaduais, primeiro em São Paulo e a seguir em Goiás. Definidas nos gabinetes, sem debate público, e regidas pela lógica da racionalização econômica, essas reformas encontraram nos e nas estudantes uma criativa força de oposição, para surpresa dos governantes, administradores e economistas de plantão. No dia a dia das ocupações, estudantes cozinham, limpam, pintam e cuidaram de suas escolas. Mas também reinventaram a educação escolar, ao promover atividades, oficinas, debates e rodas de conversa sobre temas de seu interesse, e ao construir um sem número de formas de expressão, que vão do diário à composição musical, dos vídeos, cartazes e murais às peças de teatro, desenhos e grafites. Com isso, mais do que ocupar prédios escolares, alunos e alunas ocuparam o imaginário dos movimentos sociais e particularmente dos educadores, reacendendo esperanças. Sem dúvida, as questões colocadas por esse movimento à vida política e à educação pública brasileiras ainda levarão tempo para ser adequadamente debatidas.

Contudo, não seria ousado dizer que o material que destacamos neste primeiro número de *Educação e Pesquisa* do ano de 2016 dialoga com as principais temáticas que afloraram nessa luta dos secundaristas. Trata-se da reedição do artigo “Ideologia e educação”, de Marilena Chauí, originalmente publicado em *Educação e Sociedade*, em 1980, aqui acompanhado de cuidadosa apresentação e de entrevista concedida pela professora a Homero Silveira Santiago e Paulo Henrique Fernandes Silveira em 2015. Na entrevista, entre outros temas também de grande interesse, Chauí retoma seus tempos como professora de filosofia no Colégio Estadual Alberto Levy, em São Paulo, e discute a luta pela democracia e pelo direito à educação. Além disso, no texto de 1980 que republicamos, há reflexões cuja atualidade ilumina de forma contundente as recentes ocupações de escolas.

Chauí afirma que, baseada na lógica da dissimulação, a ideologia tem como operação fundamental “passar do *discurso de* ao *discurso sobre*”, calando aqueles que vivem as experiências. Ora, um dos aspectos mais poderosos e surpreendentes do movimento secundarista de 2015 foi exatamente ter feito o caminho inverso, ao contrapor um discurso *da juventude* àquilo que dizem *sobre* ela educadores, governos, psicólogos, intelectuais e tantos outros que insistem em afirmar o que a juventude é e o que deveria ser.

O discurso dos estudantes, pautado na liberdade e na autonomia, organizou-se a partir da ruptura com aquilo que Chauí denomina de “regra da competência”, segundo a qual “não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância”. Eram jovens “imatuross” (mais um termo contestado por Chauí), que diziam aos adultos suas propostas e reivindicações, nos pátios, quadras, salas de aula, nas redes sociais, nas ruas e nos meios de comunicação. E o faziam em circunstâncias definidas por elas e eles – por exemplo, ao transformar

o que chamaram de “entrevista coletiva” num jogral de muitas vozes e muitos rostos; ou ao ocupar as avenidas com “aulas na rua”.

Está bem caracterizado, no texto que Chaui escreveu há tanto tempo, até mesmo o eixo do movimento – a luta contra reformas do sistema educacional pautadas por uma lógica de eficiência e economia de recursos, e definidas a portas fechadas por economistas contratados por governos. Ela critica uma “racionalidade” que já naquele momento era aplicada à educação e que “consiste pura e simplesmente em separar de modo radical aqueles que decidem ou dirigem e aqueles que executam ou são dirigidos, retirando destes últimos todo e qualquer poder sobre sua própria atividade”.

A mesma atualidade poderia ser destacada em muitas outras partes do artigo, nas quais se discute o que é ser professor, a internalização das regras de avaliação, a redução do aluno a consumidor da cultura, a qual, por sua vez, é reduzida a uma “concepção binária e puramente denotativa dos signos” (não, Chaui não falava da internet e das redes sociais com seus GIFs, memes e curtidas; falava dos recursos audiovisuais disponíveis à época, isto é, *slides*, fitas cassete, vídeos). Mas deixamos ao leitor o prazer de encontrar esses ricos paralelos que nos ajudam a responder aos desafios atuais da educação, entre eles os colocados pela explosão de civilidade e autonomia que emergiu com as ocupações de escolas. Pois, ainda segundo Chaui, os alunos, tal qual as classes sociais “são um acontecer, um fazer-se, ação e reação, conflito e luta, movimento de autodescoberta e de autodefinição pelo seu próprio agir em cujo curso a classe, tanto quanto o aluno, se constituem sabendo de si.”

Além desse rico material, este primeiro número de *Educação e Pesquisa* em 2016 conta, ainda, com quinze artigos inéditos, que, em sua diversidade temática e metodológica, bem representam a produção de conhecimento no campo educacional. Esses artigos foram escritos por autores provenientes não apenas do sul, sudeste e centro-oeste do Brasil, mas também do Chile e de Portugal; e abordam temas que vão da reflexão teórica e metodológica à formação de professores, da gestão da pós-graduação à experiência das crianças na educação infantil.

Os três primeiros textos oferecem ao leitor debates teóricos e metodológicos. Em “Pesquisa em educação, movimentos sociais e colonialidade: continuando um debate”, Edla Eggert dialoga com outro artigo sobre o tema, de autoria de Danilo Streck e Telmo Adams, publicado por *Educação e Pesquisa* em 2012. De forma provocativa, a autora busca pensar modos singulares de conhecimento na perspectiva da educação latino-americana, tensionando cópia e antropofagia ou recriação. Já Renzo Taddei e Ana Laura Gamboggi propõem uma relação entre a antropologia e a educação que não seja assimétrica. No artigo “Educação, antropologia, ontologias”, os autores destacam paradoxos existentes na relação entre a educação profissional do antropólogo, enquanto exercício epistemológico, e a dimensão ontológica da vivência etnográfica. Fechando esse bloco de textos de natureza mais teórica, o artigo “Contribuições metodológicas para a análise dos sentidos em um estudo sobre atividade docente”, de Vanessa Cristina da Silva e Claudia Leme Ferreira Davis, apresenta a contribuição – em pesquisas qualitativas sobre a construção de sentidos do trabalho entre professores – de

procedimentos inovadores, como os recursos de sensibilização, para ampliar o alcance interpretativo da análise.

A construção de sentidos para o trabalho docente reaparece nos artigos seguintes, sob diferentes enfoques, com maior ou menor ênfase. Jaqueline Kalmus e Marilene Proença Rebello de Souza, no texto intitulado “Trabalho e formação: uma análise comparativa das políticas de formação de professores em serviço no Brasil e no México”, comparam políticas de formação continuada de professores em curso nesses dois países. As autoras mostram que tais políticas podem resultar em mais um elemento de sobrecarga de trabalho, mas que, ainda assim, muitas vezes os professores inventam formas não previstas de apropriação desses cursos, construindo novas significações para o trabalho docente.

Em “Formadores de adultos: dilemas e práticas profissionais na área de matemática”, Maria Cecília Fantinato e Darlinda Moreira analisam o ensino de matemática nos Centros Novas Oportunidades, que oferecem educação de adultos em Portugal. Seus resultados de pesquisa apontam para posturas e práticas profissionais inovadoras, relacionadas com a procura de novas metodologias de ensino e de validação de aprendizagens, com os formadores desenvolvendo uma compreensão do significado de ser professor de forma mais ampla e enquadrada na realidade educativa da formação de adultos.

É também o ensino de matemática o foco do artigo de Luciane de Fatima Bertini e Cármen Lúcia Brancaglioni Passos. “O papel do tutor virtual na formação de professores dos anos iniciais na modalidade a distância: a matemática em foco” apresenta pesquisa sobre como questões relacionadas ao ensino da matemática eram conduzidas por tutores virtuais em um curso de formação de professores dos anos iniciais, realizado na modalidade à distância numa universidade pública brasileira. Conclui que muitas das práticas dos tutores virtuais observados podem ser consideradas como de professores.

A utilização do ensino à distância na formação de professores é igualmente discutida no artigo “Educação à distância na ótica discente”, de autoria de Simone de Souza, Valdeni S. Franco e Maria Luisa F. Costa. As autoras entrevistaram estudantes de pedagogia e de licenciatura em física, com o objetivo de compreender seus discursos em relação a suas experiências pessoais na graduação, na modalidade à distância, nos âmbitos estrutural, organizacional e pedagógico.

O ponto de vista dos alunos também é o foco de dois outros artigos, que lidam com discentes de diferentes idades. “Projeto Fénix – O que pensam os alunos sobre os fatores que promovem as suas aprendizagens?” trata da percepção de dois grupos de alunos em torno dos 13 anos de idade quanto aos fatores que influenciam suas aprendizagens. Os autores, José Joaquim Matias Alves e Maria Ilídia de Meireles Cabral Rocha, entrevistaram 39 alunos com desempenho acadêmico diferente, envolvidos num projeto de recuperação de aprendizagens em escolas públicas portuguesas.

Por sua vez, Sandro Vinicius Sales dos Santos e Isabel de Oliveira e Silva focaram crianças pequenas no artigo “Crianças na educação infantil: a escola como lugar de experiência

social”. Baseado em estudo qualitativo, o artigo apresenta leitura interpretativa de tais experiências, expressas por meio tanto da linguagem verbal como do que aparece nos corpos dos meninos e das meninas. Os autores indicam que, ao vivenciar as experiências na instituição, as crianças o fazem articulando-as a outras experiências de suas vidas, imprimindo-lhes o caráter de continuidade.

Na sequência, o artigo “A gestão acadêmica da pós-graduação *lato sensu*: o papel do coordenador para a qualidade dos cursos” discute as responsabilidades de coordenadores e gestores pela garantia da qualidade dos cursos, a partir da contração do financiamento da educação superior na década de 1990, com o conseqüente aumento da presença de instituições privadas e a proliferação de cursos *lato sensu*. As autoras, Marília Fonseca e Dirce Mendes Fonseca, alertam que esse contexto, somado à inexistência de regulamentação para a oferta, traz riscos para a qualidade desses cursos.

Já Ermelinda Moutinho Pataca e Cristiane Borges de Oliveira apresentam uma proposta para o ensino baseada nas viagens filosóficas portuguesas ao Brasil no século XVIII. O artigo “Escrita de microbiografias de viajantes luso-brasileiros: aproximações entre história das ciências no Brasil e ensino” mostra como a escrita dessas biografias e sua divulgação em espaços virtuais podem contribuir para iluminar as ciências desenvolvidas no Brasil durante o período colonial, em seu caráter coletivo, longe das grandes descobertas e gênios individuais, proporcionando uma compreensão mais abrangente da atividade científica.

Os dois artigos seguintes abordam diferentes dimensões do *bullying*, fenômeno nem sempre estudado com a seriedade e o cuidado devidos, e bastante presente hoje no senso comum e na mídia. Em “*Bullying* escolar: um fenômeno multifacetado”, Marcela Almeida Zequinão, Pâmella de Medeiros, Beatriz Pereira e Fernando Luiz Cardoso divulgam os resultados de estudo quantitativo realizado junto a 409 crianças e adolescentes de duas escolas públicas municipais de Florianópolis, com idades entre 8 e 16 anos. E indicam o fortalecimento das relações entre escola e alunos, assim como um maior preparo dos professores e funcionários, como caminhos para minimizar os efeitos negativos do *bullying* escolar.

Por sua vez, “Emoções no *cyberbullying*: um estudo com adolescentes portugueses” traz os resultados parciais de uma pesquisa com 3.525 adolescentes em Portugal. Os autores Ana Paula Caetano, Isabel Freire, Ana Margarida Veiga Simão, Maria José D. Martins e Maria Teresa Pessoa, apresentam reflexões sobre formas de agir na prevenção do *cyberbullying*, enfatizando a necessidade da educação emocional dos jovens.

Encerram a seção de artigos inéditos dois textos provenientes do Chile sobre os processos de escolarização do povo mapuche, um dos mais importantes povos originários da América do Sul. “Instalación de la escuela monocultural en la Araucanía, 1883-1910: dispositivos de poder y Sociedad Mapuche”, de Juan Mansilla Sepúlveda, Daniel Llancavil Llancavil, Manuel Mieres Chacaltana e Elizabeth Montanares Vargas, apresenta uma análise documental visando a compreender a dinâmica da

escola num diagrama disciplinar de poder-saber que se articulou a partir da capital da República com o objetivo de integrar os Mapuche ao projeto de estado-nação dos grupos oligárquicos do Chile. Finalmente, Omar Turra e Donatila Ferrada, no artigo “Formación del profesorado en la lengua y cultura indígena: una histórica demanda educativa en contexto mapuche”, destacam a necessidade de que os professores recebam formação em língua e cultura mapuche para que possam desenvolver processos pedagógicos com pertinência cultural.

Enfim, num ano pleno de desafios à sociedade brasileira, que sem dúvida estão colocados também aos educadores e educadoras, assim como a quem busca construir conhecimentos sobre a educação, procuramos trazer nossa contribuição a uma postura questionadora, baseada no diálogo e na multiplicidade de opiniões.

Marília Pinto de Carvalho
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
Contato: mariliac@usp.br